

Condsef/Fenadsef leva caso dos ex-sucaneiros à Organização Internacional do Trabalho

A Condsef/Fenadsef participou, no dia 28 de novembro, de reunião virtual com o representante da OIT (Organização Internacional do Trabalho) no Brasil, Sérgio Paixão, para tratar do quadro de intoxicação, adoecimento e mortalidade precoce entre trabalhadores da extinta Sucam. A iniciativa dá continuidade ao dossiê apresentado pela entidade à OIT durante o 31º Congresso da ISP, em Genebra, em 2023.

Na reunião, foram expostas as ações recentes junto ao governo federal, incluindo documentos

enviados ao Ministério da Saúde e debates realizados em duas audiências neste ano. A OIT considerou os encaminhamentos pertinentes e orientou que a Condsef formalize, via CUT e ISP, um relatório atualizado sobre as tratativas e possíveis soluções apresentadas pelo governo.

A expectativa é que o Comitê de Perícias da OIT avalie o caso



e apresente um retorno em fevereiro de 2026, indicando formas de intermediação para uma solução definitiva ao problema histórico enfrentado pelos ex-sucaneiros.

Não à PEC 30itão! Sim ao auxílio-nutrição!

A três semanas do recesso parlamentar, a Condsef/Fenadsef segue em atuação intensa na defesa dos serviços públicos, dos servidores e da classe trabalhadora.

Além da mobilização firme contra a PEC 38/25 (PEC 30itão), seguimos atentos a pautas essenciais, como o auxílio-nutrição para aposentados e pensionistas, proposta que se tornou a Sugestão Legislativa 11/2025, hoje sob relatoria do senador Cid Gomes (PSB-CE).

A iniciativa, apresentada pelo servidor Carlos Gilberto Be-

zerra Lima, conquistou mais de 20 mil apoios contando também com a mobilização de sindicatos, incluindo entidades filiadas à Condsef/Fenadsef em todo o país. Agora, a Condsef/Fenadsef vai buscar diálogo com o relator para garantir um parecer positivo e justiça para milhares de aposentados e pensionistas.

Nesta quinta, 27, a Condsef/Fenadsef participou de ato organizado pelo Sindsep-DF em frente ao MGI cobrando:

- auxílio-nutrição já
- aumento da per capita da saúde
- fim da Decipex e respeito aos vínculos dos aposentados

Seguimos em luta por dignidade, respeito e justiça para quem dedicou a vida ao serviço público.

Fonte: Condsef



**21 DIAS DE ATIVISMO PELO
FIM DA VIOLENCIA
CONTRA A MULHER**



**UNA-SE PARA ACABAR COM A VIOLENCIA DIGITAL
CONTRA TODAS AS MULHERES E MENINAS**

Mercado reduz previsão da inflação para 4,43% este ano

A previsão do mercado financeiro para o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) - considerado a inflação oficial do país - passou de 4,45% para 4,43% este ano. A estimativa foi publicada no boletim Focus desta segunda-feira (1º), divulgado semanalmente pelo Banco Central (BC), com a expectativa de instituições financeiras para os principais indicadores econômicos.

Para 2026, a projeção da inflação variou de 4,18% para 4,17%. Para 2027 e 2028, as previsões são de 3,8% e 3,5%, respectivamente.

Pela terceira semana seguida, a previsão foi reduzida, após a divulgação do resultado da inflação de outubro, a menor para o mês em quase 30 anos. Com isso, a estimativa alcançou o intervalo da meta de inflação que deve ser perseguida pelo BC.

Definida pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), a meta é de 3%, com intervalo de tolerância de 1,5 ponto percentual para cima ou para baixo. Ou seja, o limite inferior é 1,5% e o superior 4,5%.

A redução na conta de luz puxou a inflação oficial para baixo e fez o IPCA fechar outubro em 0,09%, o menor para o mês desde 1998, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Em setembro, o índice havia marcado 0,48%. Em outubro de 2024, a variação havia sido de 0,56%.

Com esse resultado, a inflação acumulada em 12 meses é



4,68%, a primeira vez, em oito meses, que o patamar fica abaixo da casa de 5%. No entanto, ainda acima do teto da meta do CMN.

Juros básicos

Para alcançar a meta de inflação, o Banco Central usa como principal instrumento a taxa básica de juros - a Selic - definida em 15% ao ano pelo Comitê de Política Monetária (Copom) do BC. O recuo da inflação e a desaceleração da economia levaram à manutenção da Selic pela terceira vez seguida, na última reunião, no mês passado.

No entanto, o colegiado não descarta a possibilidade de voltar a elevar os juros “caso julgue apropriado”.

Em nota, o BC informou que o ambiente externo se mantém incerto por causa da conjuntura e da política econômica nos Estados Unidos, com reflexos nas condições financeiras globais. Já no Brasil, a autarquia destacou que a inflação continua acima da meta, apesar da desaceleração da atividade econômica, o que indica que os juros continuarão altos por bastan-

te tempo.

A estimativa dos analistas de mercado é que a taxa básica encerre 2025 nesses 15% ao ano. Para o fim de 2026, a expectativa é que a Selic caia para 12% ao ano. Para 2027 e 2028, a previsão é que ela seja reduzida novamente para 10,5% ao ano e 9,5% ao ano, respectivamente.

Quando o Copom aumenta a Selic, a finalidade é conter a demanda aquecida; isso causa reflexos nos preços porque os juros mais altos encarecem o crédito e estimulam a poupança. Assim, taxas mais altas também podem dificultar a expansão da economia. Os bancos ainda consideram outros fatores na hora de definir os juros cobrados dos consumidores, como risco de inadimplência, lucro e despesas administrativas.

Quando a taxa Selic é reduzida, a tendência é que o crédito fique mais barato, com incentivo à produção e ao consumo, reduzindo o controle sobre a inflação e estimulando a atividade econômica.

Fonte: CUT